

Apedido

A presença do Estado deve ser constante a ponto de induzir o contribuinte a cumprir "espontaneamente" as suas obrigações fiscais. Barreiras de fiscalização não visam exclusivamente a arrecadação; são, antes de tudo, indutores do equilíbrio e da competitividade das empresas.

A crise é de receita!

Somos o 20º lugar em evolução da arrecadação de ICMS comparado aos demais Estados da Federação.

27,6% de toda arrecadação é sonegada, o que corresponde a uma evasão de **R\$ 7 bilhões por ano**

VOCÊ SABIA?

A conta da crise financeira será paga pela população gaúcha com impostos sobre o consumo, que cada vez mais conta com menos Estado para atender suas demandas??

VOCÊ SABIA?

Que é estimada a perda de **150 milhões de reais** em ICMS por ano no RS com o **contrabando** de cigarros?

OAB/RS E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL SEGUEM MOBILIZADAS CONTRA AUMENTO DO ICMS

As ações – virtuais e físicas, de auditoria e fiscalização de trânsito – não são excludentes; devem sim, ser concorrentes, e necessariamente planejadas em conjunto com todos os setores e atores

REFORÇO LOGÍSTICO PARA AS ESTRUTURAS DE FISCALIZAÇÃO OSTENSIVA!!

A crise é de RECEITA

Queremos aqui lhe apresentar a crise! A verdadeira! Uma crise que não é por falta de recursos e sim por um modelo de gestão com falhas na arrecadação de receitas.

Sabe esta crise? Esta que bateu a sua porta, que você não convidou a entrar mas que **empurraram para dentro do seu lar?** Esta mesma. Ela possui alternativas!

E não é o aumento de tarifas.

Não é o aumento de impostos dos bons pagadores!

Um dos caminhos está em fazer os sonegadores pagarem a conta.

Para o **AFOCFE**, a forma mais rápida para alterar a realidade do Estado não é tomando o caminho fácil do aumento da carga tributária, mas o **do aumento dos volumes arrecadados pela via do combate à sonegação, à fraude, ao contrabando, à adulteração de produtos, movimentos e documentos**, enfim a todas as formas de evasão fiscal.

A **crise financeira** do Estado chegou neste ponto devido a um modelo de administração tributária marcado por sérios problemas na gestão dos gastos públicos, mas principalmente devido a **problemas na eficiência DA RECEITA**.



AFOCFE SINDICATO
TÉCNICOS TRIBUTÁRIOS - RS

O AFOCFE Sindicato, entidade representativa dos Técnicos Tributários da Receita Estadual, trabalha pela construção de um modelo de gestão fazendária que garanta a transparência e a eficácia das ações financeiras do Estado. Mantém uma cruzada para garantir as ações de fiscalização imprescindíveis para o crescimento do Estado.

Fala-se em utilizar fontes alternativas (como o aumento de impostos) de recursos, mas para quê?

Por acaso as fontes tradicionais estão esgotadas?

A solução é única, com várias saídas: fiscalizar a arrecadação, combater a sonegação!

Por quê? Veja:

O ICMS é a principal fonte de receita dos estados brasileiros, representando 20% de toda carga tributária no Brasil. O RS puxa a média de arrecadação de toda a região Sul para baixo, se ele fosse excluído a média da região seria de 96,21%. Se acompanhasse os demais estados, somente em 2014, teria ingressado aos cofres R\$ 3.2 bilhões a mais.

Somos o **20º lugar em evolução de arrecadação de ICMS** comparado aos demais Estados da Federação. Ainda, 27,6% de toda arrecadação é sonegada, o que corresponde a uma evasão de R\$ 7 bilhões por ano (Fonte SINPROFAZ).

Pense que este valor poderia pagar 12 meses da folha de todos servidores ativos do Poder Executivo!!!

Os modelos adotados pelo comando da Receita Estadual podem ser a razão da crise nas finanças públicas (ou uma delas). O que permite sinalizar que é também uma das soluções!

UF	2008	2014	Evolução	Classificação
Amapá	353.147	861.451	143,94%	1º
Paraná	1.927.353	4.391.933	127,87%	2º
Pará	4.182.093	9.067.286	116,81%	3º
Goiás	6.143.391	13.252.854	115,73%	4º
Piauí	1.402.557	2.979.359	112,42%	5º
Tocantins	915.704	1.894.719	106,91%	6º
Pernambuco	6.208.668	12.659.801	103,91%	7º
Sergipe	1.340.054	2.732.000	103,78%	8º
Roraima	300.763	606.923	101,79%	9º
Maranhão	2.350.325	4.715.626	100,63%	10º
Ceará	4.719.283	9.455.729	100,36%	11º
Santa Catarina	7.943.664	15.769.834	98,52%	12º
Rio Grande do Norte	2.256.485	4.389.456	94,53%	13º
Paraná	11.766.971	22.815.805	93,90%	14º
Alagoas	1.614.352	2.927.851	81,36%	15º
Rondônia	1.674.607	3.006.652	79,54%	16º
Rio de Janeiro	17.835.540	31.886.537	78,78%	17º
Distrito Federal	3.949.062	7.031.139	78,05%	18º
Bahia	10.238.561	18.116.514	76,94%	19º
Rio Grande do Sul	14.825.154	25.843.713	74,33%	20º
Mato Grosso	4.736.302	8.038.088	69,72%	21º
Mato Grosso do Sul	4.346.913	7.366.785	69,47%	22º
Amazonas	4.619.595	7.788.736	68,60%	23º
São Paulo	74.373.238	122.836.142	65,16%	24º
Minas Gerais	23.214.306	38.288.044	64,94%	25º
Espirito Santo	7.001.267	9.025.731	28,92%	26º

Fonte: MF, Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE

Agora Chega de Imposto!

OAB/RS e entidades da sociedade civil seguem mobilizadas contra aumento do ICMS



Mais de 50 entidades representantes da sociedade civil organizada dos segmentos empresarial, sindical, de representação profissional e de movimentos sociais, estão do mesmo lado contra a elevação de tributos pelo Estado.

Dando continuidade ao movimento Agora Chega de Imposto!, a OAB/RS e entidades da sociedade civil organizada seguem mobilizadas em manifestação de contrariedade ao projeto de lei que aumenta as alíquotas do ICMS. O PL n° 320/2015 será votado no plenário da Assembleia Legislativa.

A iniciativa faz parte da campanha Agora Chega de Imposto! Na última semana, a OAB/RS encaminhou ofício para diversas entidades, instituições e órgãos, buscando a participação de todos no ato público em defesa da cidadania e contra o projeto de elevação da alíquota básica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 17% para 18%, e no dia 28 de agosto, na sede da Ordem gaúcha, mais de 50 entidades representantes da sociedade civil organizada dos segmentos empresarial, sindical, de representação profissional e de movimentos sociais, como OAB/RS, CUT,

Fecomércio, Fiergs, Federasul, FCDL, Força Sindical, Ajuris, Associação Riograndense de Imprensa e Fórum dos Conselhos Regionais das Profissões Regulamentadas do RS estiveram do mesmo lado contra o aumento de imposto proposto pelo governo do Estado.

Durante o ato, foi produzida uma manifestação à sociedade gaúcha, comprometendo-se a, publicamente, mostrar contrariedade a qualquer aumento de impostos nas esferas federal, estadual e municipal.

E ainda tem CONTRABANDO

você sabia?

Que o mercado ilegal de cigarros movimentava cerca de R\$ 6 bilhões ao ano no Brasil?

E que isso significa R\$ 4,5 bilhões em impostos que deixam de ser arrecadados? Além de 35 mil postos formais de trabalho que não são criados?

Que 85% do contrabando do cigarro está concentrado na Região Sul? Sendo que no Rio Grande do Sul a produção de fumo está presente em 55% dos municípios.

Que o RS consome 35% dos cigarros contrabandeados do Paraguai, sem fiscalização e sem qualquer controle da Anvisa?

Que é estimada a perda de **150 milhões de reais** em ICMS por ano no RS com o **contrabando** de cigarros?

Repetimos: para que o aumento de impostos, se podemos obter recursos fiscalizando os contrabandistas?

O Rio Grande sempre perde, quando não arrecada tributos, quando deixa o mercado informal prejudicar a economia e quando tem que gastar recursos na saúde pública. É necessário um trabalho integrado entre os órgãos de fiscalização para ampliar a sensação de risco dos contrabandistas, não apenas para preservar o mercado do tabaco gaúcho, como, também, para não permitir a entrada de cigarros que causam mais prejuízos à saúde dos consumidores.

A carga tributária sobre estes produtos deveria financiar a saúde, mas quando o contrabando tem trânsito livre, perdemos os impostos, as vagas de emprego na agricultura e na indústria, e apenas ficamos com os malefícios causados pelo cigarro, que no caso de contrabando não atendem as regras fitossanitárias.

O contrabando está vinculado às quadrilhas organizadas que contribuem para o aumento de portos clandestinos e se aproveitam do baixo índice de empregos formais, tendo como principal alvo jovens com baixa renda e escolaridade. Cerca de 70% dos veículos apreendidos com cigarros contrabandeados são roubados.

Ou seja... O contrabando não se combate com monitoramento virtual. Ele só é possível com investigação e controle real dos produtos que circulam nas rodovias gaúchas.

ARTIGO

Atacar a dívida antes de aumentar imposto!

O Ajuste Fiscal apresentado ao Parlamento Gaúcho, não pode ser visto isoladamente. Congelamento dos salários (PLC 206), privatizações (PL 299, 300 e 301), previdência complementar (PLC 303) e aumento de impostos (PL 320) estão no eixo dos Programas de Ajustes Fiscais que ingressaram na vida do RS a partir da federalização da dívida pública estadual.

A conta da crise financeira será paga pela população gaúcha com impostos sobre o consumo, que cada vez mais conta com menos Estado para atender suas demandas.

Sobre a dívida: Financiados R\$ 26,9 bi, pagamos R\$ 29,7 bi, e ainda devemos (dez/2014) R\$ 47,1 bi (diz a SEFAZ/RS que R\$ 7,1 bi são juros sobre juros).

Parâmetros do contrato (1999 a 2014): IGP/DI (275%) + JUROS 601% = 876%. Com pagamento pelo IPCA (178%), que mede a inflação, sem juros, somos credores de R\$ 5,5 bilhões em julho de 2015.

Para quem pagamos a dívida? "Lei Federal nº 9.496/97, Art. 12, a receita proveniente do pagamento dos refinanciamentos concedidos aos estados, será integralmente utilizada para abatimento de dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional". O Governo Federal gastou R\$ 288 bilhões e 613 milhões entre janeiro e julho de 2015 no pagamento de juros. Esse é o sistema da dívida.

Os Senadores do RS, Ana Amélia, Paulo Paim e Lasier Martins propuseram o PLS nº 561/2015, defendendo: "A atualização monetária calculada pela variação... do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo (IBGE)... será o único encargo financeiro que incidirá sobre os valores financiados, refinanciados ou emprestados pela União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios...". Adicionaram "é vedada a utilização... de quaisquer outros índices ou taxas bem como a cobrança de juros..." E ainda: o disposto será aplicado retroativamente à data de assinatura dos contratos, devendo a União refazer os cálculos num prazo máximo de 120 dias e quitará, num prazo de 360 dias eventuais saldos credores, a contar da vigência desta Lei.

DÍVIDA TOTAL ADM DIRETA RS 1970/2014



Amauri Perusso

Presidente da FENASTC – Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil

Josué Martins

Presidente do CEAPE – Sindicato – Sindicato dos Auditores Públicos Externos.



Pesquisa da UEPG revela inseto e fungos em cigarro contrabandeado

De origem paraguai, cigarros são mais nocivos ao organismo humano. Pesquisa pretende dar o destino correto a cigarro contrabandeado no PR.

Cigarros contrabandeados tornam o tabagismo ainda mais perigoso; entenda por quê

Pesquisa brasileira analisou 18 marcas contrabandeadas do Paraguai e mostra concentração ainda mais alta de metais cancerígenos e agentes de contaminação como colônias de ácaros e fungos.

Contrabando de cigarros ao RS atrai criminosos e cresce 54% em 1 ano

Ação é flagrada no centro de Porto Alegre com câmera escondida. Cigarro chega do Paraguai e gera mais lucro do que tráfico de drogas.

A crise é de RECEITA



Fiscalização Ostensiva



Como pagar essa conta?

Se parte da solução da crise do Estado passa pela conta que os sonegadores devem pagar, como cobrar?

A **presença do Estado** deve ser constante a ponto de **induzir** o contribuinte a cumprir "espontaneamente" as suas obrigações fiscais. Barreiras de fiscalização não visam exclusivamente a arrecadação; são, antes de tudo, indutores do equilíbrio e da competitividade das empresas, garantem empregos, fortalecem o controle fitossanitário e protegem a população de produtos pirateados, clandestinos etc. Possuem, sobretudo, caráter educativo e reduzem a "cultura da impunidade".

Quer um exemplo? A nota fiscal eletrônica não eliminou a sonegação, assim como o cruzamento eletrônico não superou o trabalho físico de verificação das informações. Há mais percepção de risco na presença física do agente do que na "invisibilidade" do monitoramento virtual.

Ou seja, a fiscalização ostensiva deve ser mantida e ampliada.

Nos últimos anos aplica-se em média 90% dos recursos na aquisição de sistemas de informação e equipamentos complexos,

excluindo totalmente as ações de fiscalização ostensiva. As ações de fiscalização, virtuais e físicas, devem ser executadas de forma integrada para combater a sonegação, o contrabando, a falsificação, o tráfico de produtos ilícitos, e de forma eficiente apontar as inconsistências entre lançamento e produto tangível. E a tecnologia da informação deve atender a todas essas áreas. As ações- virtuais e físicas, de auditoria e fiscalização de trânsito - não são excludentes; devem sim, ser concorrentes, e necessariamente planejadas em conjunto com todos os setores e atores.

Por que então não investir em **equipamentos para a fiscalização ostensiva? Unindo a tecnologia e a presença física inibidora?** Por que não adotar um sistema integrado de Gestão Tributária, que inclui sistemas de automação do trânsito, dos postos fiscais, com scanners e balança dinâmica de pesagem (que afere peso com o veículo em movimento), com monitoramento de desvios de fronteira com câmeras e cinturão digital?

ISSO É O QUE ACONTECE:

As atividades das Turmas Volantes foram prejudicadas porque não foi planejado e nem adquirido o chip para as máquinas leitoras de código de barras. Ou seja, o mesmo Estado que, entre 2010 e 2014, investiu mais de R\$ 70 milhões em sistemas de informação precarizou a ação da fiscalização ostensiva por 120 dias, por falta de um chip que custa R\$ 10,00. Também, os Postos Fiscais ficaram sem leitoras de código, outro equipamento que custa apenas R\$ 150,00 a unidade aproximadamente.

ISSO É O QUE DEVERIA ACONTECER:

Uma tecnologia com múltiplas soluções de segurança. Contrabando, produtos ilícitos ou sonegação fiscal de produtos presentes nas cargas e contêineres podem ser facilmente identificados pelo sistema. Proporciona inspeção dinâmica garantindo alto volume de cargas inspecionadas com alto grau de confiabilidade na análise dos resultados.



Hoje, no Rio Grande do Sul, há uma certeza: **A SONEGAÇÃO TEM TRÂNSITO LIVRE.**

SENGE na busca de soluções

Manifesto ao Governador do Estado, aos partidos políticos, deputados estaduais, bancada gaúcha do Congresso Nacional, entidades empresariais e de classe e à sociedade do Rio Grande do Sul. Movidas pelo interesse público e pela busca de soluções à crise financeira que abala o Estado, as entidades signatárias encaminham este conjunto de **alternativas e proposições:**

AUMENTAR A ARRECADAÇÃO SEM AUMENTAR IMPOSTOS	COMBATER A SONEGAÇÃO COM FOCO NA FISCALIZAÇÃO	PELA AUDITORIA DA DÍVIDA DO ESTADO
GESTÃO PÚBLICA COMPETENTE E MENOS CABIDES DE EMPREGO	SEM PRIVATIZAÇÕES NEM SUCATEAMENTO	SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE

ENTIDADES



O AFOCFE Sindicato pela redução da crise fiscal defende:

ATUAÇÃO COMPARTILHADA NA RECEITA ESTADUAL Mudança de comportamento na gestão da Receita para que os Técnicos Tributários possam atuar com maior efetividade e resultado, em harmonia com os Auditores Fiscais.	INSTITUIÇÃO DE EQUIPES DE FISCALIZAÇÃO Criação de Equipes de Fiscalização em que Auditores Fiscais e Técnicos Tributários desenvolvam ações de campo para atuação conjunta.	CRIAÇÃO DE AGÊNCIAS MÓVEIS DE FISCALIZAÇÃO Criação de Agências Móveis para a realização operações de fiscalização, sem vinculação geográfica, visando o enfrentamento da sonegação, do contrabando e da evasão.
REFORÇO LOGÍSTICO PARA AS ESTRUTURAS DE FISCALIZAÇÃO OSTENSIVA Investir na aquisição de modernos equipamentos de fiscalização - como scanners de raios-x, cabeamento ótico, leitoras e tantos outros equipamentos.	ATENDIMENTO ÀS ORIENTAÇÕES DO TCE/RS Que a Fazenda Estadual atenda as reiteradas recomendações do Tribunal de Contas no sentido de dar transparência as ações da Receita Estadual.	